

DECOLONIALIDADE E RESISTÊNCIA FEMININA: UMA ANÁLISE DA OBRA *TORTO ARADO*

Douglas Ribeiro de Moura¹
Denise de Souza Assis²
Célia Maria Leal³

RESUMO

No presente artigo, buscamos associar os conceitos de modernidade, colonialidade e decolonialidade à obra *Torto arado*, de Itamar Vieira Júnior, e refletir sobre como a realidade de nossos dias ainda está longe de ser a adequada, sobretudo para as mulheres pobres e negras. Ademais, discorreremos sobre como o ensino de literatura, nas escolas, pode ser uma ferramenta de existência e de resistência aos resquícios de colonialidade. Como resultado de nosso resgate teórico e de nossas reflexões, reafirmamos a necessidade de um ensino de literatura que seja decolonial e de resistência.

Palavras- chave: *Torto Arado*, Decolonialidade, Literatura.

Considerações Iniciais

Publicado no ano de 2018 em Portugal e de 2019 no Brasil, o romance *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior, conta a história de uma família que sente na pele uma dura realidade ainda existente no Brasil afastado das grandes metrópoles: a de (sobre)viver em condições análogas à escravidão. Embora suas personagens principais sejam fictícias, o livro, que se tornou sucesso de vendas e conquistou o Prêmio Jabuti em 2020, apresenta uma situação que infelizmente não se enquadra nessa mesma classificação.

Além de autor, Itamar Vieira Junior é também um geógrafo e funcionário público que trabalha no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o que lhe permite estar em contato e entender a realidade de populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e assentadas no interior da Bahia e do Maranhão, como

¹ Doutorando em Estudos de Linguagens no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG). E-mail: douglasrmoura@gmail.com

² Doutoranda em Estudos de Linguagens no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG). E-mail: denisesouzaassis05@gmail.com

³ Mestranda em Estudos de Linguagens no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG). E-mail: lealcelia@gmail.com

destacou ele próprio em entrevista ao jornal El País⁴. Na mesma ocasião, Vieira Junior argumentou que *Torto Arado*⁵ é o retrato de um Brasil marcado pela inferiorização de certos grupos minoritários e pela ganância desenfreada de suas elites locais, incapazes de respeitar o mínimo da dignidade humana.

É a leitura de *Torto Arado* e o interesse pelos estudos decoloniais nossa inspiração para o presente artigo. Nele, buscamos associar os conceitos de colonialidade, de modernidade e de decolonialidade aos relatos de Itamar Vieira Junior em seu romance de estreia e refletir como a realidade de nossos dias ainda está longe de ser a adequada, sobretudo para as mulheres pobres e negras. Na esteira dessa discussão, discorreremos também sobre como o ensino de literatura pode ser uma ferramenta de existência e de resistência aos resquícios de colonialidade que ainda perduram.

O presente artigo está estruturado da seguinte maneira: após as considerações iniciais, discorreremos sobre os conceitos de modernidade, de colonialidade e de decolonialidade; em seguida, abordamos a posição decolonial em *Torto Arado*, dando ênfase à resistência feminina observada nas personagens principais do livro. Na sequência, refletimos a importância de um ensino de literatura que seja decolonial e, por fim, trazemos as considerações finais.

Modernidade, colonialidade e decolonialidade

Para muitos de nós, as histórias das colonizações do Brasil, da América Latina e de outros continentes, como África e Ásia, são apenas conteúdos históricos estudados nos bancos escolares, ainda que possam despertar os sentimentos de curiosidade e de revolta próprios daqueles que foram subjugados. Para outros, no entanto, esse entendimento desperta inconformidade e um desejo de mudança; são essas pessoas as que buscam, cada uma a partir de suas possibilidades e campos de atuação, jogar luz sobre as injustiças do passado e revelar como algumas ainda se fazem presentes, além de instigar formas de se rebelar contra as opressões que resultam de tais arbitrariedades.

⁴ “Tudo em ‘Torto Arado’ é presente no mundo rural do Brasil. Há pessoas em condições análogas à escravidão”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-12-02/tudo-em-torto-arado-ainda-e-presente-no-mundo-rural-brasileiro-ha-pessoas-em-condicoes-analogas-a-escravidao.html>. Acesso em: 10 fev. 2022.

⁵ Na mesma entrevista, há a informação de que o torto arado é um objeto utilizado pelos antepassados das protagonistas para o trabalho com a terra e que representa, simbolicamente, a herança escravocrata no Brasil.

No espaço acadêmico, entendemos que esses indivíduos são os que se dedicam a uma prática de pesquisa e de docência filiadas a uma opção decolonial. Para entender o que é essa opção, porém, é preciso detalhar como se chega até ela.

Conforme indicam Almeida e Silva (2015) e Quintero, Figueira e Elizalde (2019), alguns trabalhos que contestavam o eurocentrismo intelectual e os discursos dominantes começaram a ser publicados a partir da segunda metade dos anos 1980, sempre a partir de uma perspectiva que se debruçava *sobre* os subalternos e não *a partir e com* eles. Eis aqui uma diferença fundamental: aos primeiros deu-se o nome de estudos subalternos e pós-coloniais, ao passo que os últimos, que apareceram posteriormente, foram chamados de decoloniais. Os estudos – ou pensamentos – decoloniais, nesse sentido, são “um movimento de resistência – teórico, epistêmico, cultural, prático e político –, à lógica da Modernidade/Colonialidade” (ALMEIDA; SILVA, 2015, p. 43) e que contam diretamente com a contribuição dos povos subalternizados.

Mas o que é a modernidade de que tratam esses autores? Para Mignolo (2017), trata-se de uma “narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a colonialidade”. (MIGNOLO, 2017, p.2). Para o autor, não há modernidade sem colonialidade, ou, em outras palavras, não seria possível consolidar a perspectiva que colocou e continua a colocar os conhecimentos e as subjetividades eurocêntricas e ocidentais como a única opção válida sem um movimento simultâneo de repressão ao que se considera(va) diferente ou alternativo.

Antes de aprofundar a discussão sobre a modernidade e sua relação com a colonialidade, é preciso distinguir colonialismo de colonialidade. Almeida e Silva (2015) o fazem ao afirmar que (...) o Colonialismo teve um fim com as independências dos países colonizados, enquanto que a Colonialidade seria a lógica e o legado colonial, herdados do colonialismo, que penetrou nas estruturas e instituições e também nas mentalidades, imaginários, subjetividades e epistemologias, e até hoje dão forma e conteúdo às sociedades atuais (ALMEIDA; SILVA, 2015, p. 47).

Como se observa, o colonialismo é um processo ligado ao domínio político e territorial de uma região; em contrapartida, a colonialidade não termina com o fim desse controle, uma vez que suas marcas perduram nos povos originários. Reis e Andrade

(2018), por exemplo, comentam sobre a dominação europeia no continente africano e mostram que “as marcas da situação colonial persistem como chagas abertas na cultura dos povos africanos, mesmo no período posterior à independência política dos seus países diante do seu reconhecimento como Estados soberanos”. (REIS; ANDRADE, 2018, p. 2).

Pois bem, com essa diferença em mente, voltemos a tratar de modernidade e de colonialidade. Foi o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2010) quem elaborou o conceito de colonialidade do poder, e ele faz uma reflexão sobre a “imposição de uma classificação racial-étnica da população do mundo” (QUIJANO, 2010, p. 84), isto é, sobre a promoção de uma classificação social a partir dos aspectos culturais e do domínio das populações anteriormente colonizadas. Cabe-nos salientar, então, que essa colonialidade do poder é algo enraizado na sociedade e que perpassa as individualidades do ser, constituindo-se, assim, como um processo de dominação que se articula a partir do controle exercido: pela economia; pela autoridade; pelo gênero e pela sexualidade; bem como pelo conhecimento e pela subjetividade, domínios que são sustentados pelos fundamentos racial e patriarcal do conhecimento.

O que se quer dizer é que a colonialidade é “um modo de dominação que perpassa identidades e subjetividades dos sujeitos e se consolida como algo naturalizado”. (DERING; BARBOSA, 2021, p. 109). A colonialidade é, então, uma herança do processo de instalação da modernidade, que, para os estudos decoloniais, surge a partir da conquista da América e do domínio europeu – sobretudo português e espanhol – do Oceano Atlântico nos séculos XV e XVI, e é seguida pela subalternização e pelo apagamento violento dos corpos, dos conhecimentos e das epistemologias dos povos colonizados, cujos modos de vida, saberes, relações sociais e natureza passaram a ser vistas como “primitivas, atrasadas, bárbaras, mito, superstição etc.” (ALMEIDA; SILVA, 2015. p. 60) e, como resultado, viram seu espaço e sua vida constituídos “a partir do olhar, dos valores e da branquitude do colonizador”. (REIS; ANDRADE, 2018. p. 4).

Podemos então concluir que a colonialidade e a modernidade andam de mãos dadas: a primeira como o apagamento do diferente, do alternativo, e a naturalização de uma visão eurocêntrica e ocidental como verdade absoluta; e a segunda como resultado da primeira, dependente também da colonialidade do poder para manter-se vigente.

Logo, os estudos e os pensamentos decoloniais são “uma resposta às amarras culturais propostas pelo colonizador, atuando por meio da problematização daquilo que foi imposto, que gerou a estratificação e a hierarquização racial e cultural”. (DERING; BARBOSA, 2021, p. 110). Trata-se, no fim das contas, não de um apagamento geral dos resquícios do colonialismo – o que poderia resultar em um vazio epistemológico –, mas de uma retomada da “cultura autóctone dentro de sua legitimidade e autenticidade epistêmica” (REIS; ANDRADE, 2018, p. 10), aliada a uma nova realidade, pautada pela ideia de “que nos coloquemos, enquanto pessoas, Estados, instituições, no lugar onde nenhum ser humano tem o direito de dominar e se impor a outro ser humano”. (MIGNOLO, 2017, p. 14).

Longe de ser uma crítica anti-europeia fanática e fundamentalista, como apontam alguns, a opção decolonial apenas busca dar luz ao caráter hegemônico das ciências ocidentais, provocado pelos diversos epistemicídios impostos às populações subalternizadas e, em um movimento inverso, promover a “liberação dos povos subalternos, reconhecendo sua autenticidade cultural, política, econômica e ideológica” (REIS; ANDRADE, 2018, p. 8). Logo, tais estudos estabelecem-se como uma forma de resistência à modernidade e à colonialidade, trazendo, para o centro dos debates, questões, pensamentos e indivíduos que precisam de espaço, de reconhecimento e de voz.

A posição decolonial em *Torto Arado*

Se nosso objetivo é associar os conceitos de modernidade, colonialidade e decolonialidade a *Torto Arado* e refletir como a realidade de nossos dias ainda está longe de ser a adequada, sobretudo para as mulheres pobres e negras, além de discorrer sobre como a literatura pode ser uma ferramenta de existência e de resistência aos resquícios de colonialidade que ainda perduram, a sequência do artigo trará uma associação entre o que se viu até aqui e as questões que atravessam o romance: a racialização dos seres humanos; a presença das mulheres como lideranças em sociedades menos patriarcais; e, por fim, um debate necessário sobre a importância da literatura como ferramenta de atuação decolonial.

Sobre o último ponto, vale ressaltar que a obra em questão pode ser considerada uma produção decolonial, uma vez que seu autor, nascido no sertão baiano e

descendente de escravizados africanos e indígenas, extrapola o papel de testemunha dos relatos e conecta suas vivências pessoais ao profissional dedicado a populações duplamente subalternizadas, já que, como reforça Dering (2021), a lógica de desdobramento da colonização no Brasil separa os sujeitos por cor, raça, gênero, entre outros.

Nesse sentido, iniciamos a nossa discussão refletindo sobre o papel das mulheres na sociedade brasileira, que tradicionalmente as trata e as estigmatiza segundo uma lógica patriarcal e essencialmente colonialista, destituindo-as de uma voz ativa.

(De)colonialidade, literatura e resistência feminina

O gênero feminino, como bem se sabe, foi e é historicamente subjugado, uma clara demonstração de que existe, entre homens e mulheres, uma relação de dominação e de submissão, concedendo a estas apenas um não-lugar na sociedade (LOPES; DERING; MOREIRA, 2021). Na formação colonialista, o feminino é, em sua essência, o ser submisso, servil, oprimido e sem lugar de fala. Em um contexto em que a linguagem contribui para a exacerbação de preconceitos na prática social, o universo feminino está fadado a ser silenciado. Se o cenário não é favorável, é também verdade que já foi ainda pior, até que algumas mulheres se aventuraram e começaram a sutilmente imporem suas vozes por meio da escrita.

A primeira autora que se tornou referência no Brasil e que conseguiu dar voz ao universo feminino, em meados do século XIX, foi Nísia Floresta (1810-1885), pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, cujo primeiro trabalho ficou conhecido com a tradução de forma livre de um tratado sobre os direitos das mulheres. Natural de Papari, uma pequena cidade do estado do Rio Grande do Norte, Nísia Floresta é conhecida e exaltada como a precursora da escrita feminista no Brasil. Além de professora e de intelectual, ela mostrava, em sua literatura, o espírito feminista, abolicionista e republicano. Uma de suas citações mais conhecidas, presente na obra *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, de 1832, indica que “se cada homem (...) fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, (...) reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens”. (FLORESTA, 1989, p. 124).

Vale ressaltar e apontar também uma outra mulher, a escritora e filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), conhecida mundialmente e cuja obra possibilitou refletir a respeito da posição feminina na sociedade. Simone de Beauvoir foi uma voz que se levantou com altivez e coragem e conseguiu, com seu feminismo convicto, abrir as portas para mudanças, ajudando as mulheres a se reinscreverem em um contexto no qual predominava o domínio absoluto do universo masculino. Segundo a autora,

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. (BEAUVOIR, 2009, p. 361).

Logo, tendo em vista a atuação e a resistência dessas mulheres e partindo da premissa de que a literatura pode ser um dos caminhos possíveis para mudanças, entendemos que a obra *Torto Arado*, do escritor baiano Itamar Vieira Junior, vista a partir de um olhar decolonial, traz elementos que vão desde a desigualdade social, passando pela sensação de não pertencimento e de medo de um povo subalternizado de diversas maneiras e vítima de múltiplas formas de escravidão, até a figura da mulher que se vê silenciada, subjugada, mas que não se cala. Dessa forma, testemunhamos que a própria lógica da sociedade colonial não contempla a todos, mas apenas a uma parcela dos indivíduos, enquanto a maioria vive à margem do que é produzido e é alijada de seus direitos e necessidades básicas. Assim, compreendemos que, nos termos vistos até o momento, as chagas da colonialidade seguem abertas no Brasil sertanejo, retratado no livro.

No romance, as narrativas são guiadas por personagens e vozes femininas que, por meio de suas memórias, contam a história de suas vidas em *Água Negra*, uma fazenda localizada na região da Chapada Diamantina, e, assim como as autoras anteriormente citadas, mesmo munidas de poucas condições, trataram de ser exemplos de transformação dentro do contexto precário de vida em que estavam. Assim, o dialogismo reverberado pelas figuras femininas das duas personagens centrais, as irmãs Bibiana e Belonisia, descendentes de escravizados, indica que elas lutam para existir e resistir às mazelas de uma vida pobre e em condições servis.

Nesse sentido, a narrativa, que é contada a partir das vozes das irmãs, faz-nos caminhar e refletir sobre uma realidade de exploração e de inferiorização de seres humanos, a qual não ficou no passado, pois ainda persiste e faz parte de um país que, em pleno século XXI, ainda não conseguiu se desatar das amarras do colonialismo. Isso ocorre pelo fato de muitos ainda viverem em regime de servidão, explorados por grandes latifundiários, sem seus direitos básicos garantidos e muitas das vezes expostos à própria sorte. A narrativa em primeira pessoa é crucial para que outras pessoas se percebam naquelas mulheres, visto que tal forma de escrita “demarca a sua subjetividade, e é de alguma forma um incentivo para que outras pessoas (...) façam o mesmo. A escrita em primeira pessoa é o primeiro ato de cura” (LIMA, 2021, p. 291), já que, por meio dessa exposição, os sujeitos conseguem mostrar que existem e resistem.

Em *Torto Arado*, como vimos, a figura das mulheres, sobretudo das negras, é central e responsável pelo desenrolar da obra. Isso não é observado apenas no caso das irmãs, mas pelo fato de a maioria das personagens serem mulheres com histórias particulares que evidenciam traços da colonialidade ainda muito fortes em nosso país. Salaustiana, parteira responsável por trazer à vida muitos dos moradores de Água Negra, e Maria Cabocla, vítima constante de violência doméstica, são exemplos claros. Contudo, é nas vozes das irmãs Bibiana e Belonisia que a narrativa ganha ainda mais forma e mostra, de forma metafórica, um silenciamento histórico.

Após um acidente com uma faca de corte, Belonisia perde a língua e sua irmã Bibiana torna-se sua voz. Porém, depois de uma desavença entre as duas, relacionada a uma briga amorosa, esse silenciamento torna-se mais forte a partir da distância entre as personagens. Tal situação se agrava ainda mais com a ida de Bibiana para a cidade em busca de oportunidades e de direitos, bem como com a impossibilidade de uma despedida entre as duas. Ao final da obra, o retorno de Bibiana, a morte de Severo, seu marido, e de Zeca Chapéu Grande, o pai das meninas, volta o desenrolar da narrativa para o protagonismo feminino, já que Belonisia, a partir da figura da encantada, passa a ter voz e a contar as histórias vividas naquele lugar.

O livro de Vieira Júnior se destaca por retratar as desigualdades sociais e deixá-las à vista, mas, principalmente, por mostrar a resistência e a não submissão de mulheres fortes que não se rendem a uma estrutura pré-estabelecida e buscam, incansavelmente, por reconhecimento e por direitos. Diante disso, reforçamos a

importância da obra como uma resistência à colonialidade e salientamos como é importante que uma literatura decolonial ganhe cada vez mais espaço em nossa sociedade.

Diante dessas discussões, reafirmamos a importância do conceito de decolonialidade como uma forma de resistência nos diversos âmbitos sociais. Isso pode ser justificado, pois ainda entendemos tal processo como inacabado, visto que “ainda que a colonização como prática política tenha acabado, os resquícios da prática colonial permanecem aos povos colonizados através da subalternidade (...) recebendo o nome de colonialidade”. (ALVES PINTO, 2020, p. 7). Tais resíduos podem ser vistos diretamente na produção e no ensino de literatura e escancaram a urgência da inserção e da discussão de obras e de autores que ajudem na construção de uma educação mais crítica e libertadora, que coloque em destaque os sujeitos marginalizados e estigmatizados, além de dar espaço e visibilidade para que escritas negras, bem como da comunidade LGBTQIA+ e indígenas, por exemplo, possam ser reconhecidas no ambiente escolar como válidas e dignas de atenção, de debate e de constante reflexão.

A literatura como uma ferramenta de resistência decolonial

De início, é crucial pensarmos que “a decolonialidade configura-se, pois, enquanto potência para se refletir e modificar estruturas fixas no que diz respeito ao ensino de literaturas, atuando, portanto, na perspectiva crítica da educação”. (MACHADO; SOARES, 2021, p. 3). Tal abordagem é essencial para que o ensino de literatura seja visto como capaz de transformar estruturas que foram pré-estabelecidas na sociedade, mas que podem ser consideradas ultrapassadas, já que estigmatizam, oprimem e retiram dos estudantes o direito de conhecer, de reconhecer-se, de refletir e de estar mais próximos de todas as camadas sociais.

Deixamos claro, então, que uma literatura decolonial, principalmente nas escolas, abre espaço para que os sujeitos vistos como estigmatizados e que foram massacrados pela estrutura colonial que permeia a sociedade sejam enxergados como protagonistas de suas próprias existências, possibilitando um olhar crítico e diferenciado para essa realidade. Assim, a partir dessa reflexão, é possível que o sistema, na maioria das vezes duro com aqueles que estão marginalizados no processo de colonialidade,

possa ser reestruturado, evitando a “hierarquização de saberes, de histórias, de línguas, de modos de ser”. (MACHADO; SOARES, 2021, p. 12).

Levando essas questões em consideração, pontuamos novamente a necessidade de a escola ser um lugar de diálogo e de trocas que permitam ao aluno a possibilidade de se reconhecer dentro dos espaços sociais e compreender o seu lugar. Portanto, esse diálogo pode ser estabelecido por meio do cânone, mas também deve ser construído pelo ensino e pela discussão de uma literatura que exponha e explore as minorias sociais, promovendo, então, uma democratização do ensino, do saber e da literatura, que deve ser vista como instrumento de crítica e de reflexão, bem como um direito social.

Pontuamos, assim, que a decolonialidade permite que se crie uma literatura sem estereótipos, a qual ressignifica os povos e as culturas representadas, trazendo suas lutas para o centro e permitindo que tais sujeitos, silenciados, possam ser escutados e reconhecidos como cidadãos; logo, é essa a literatura que deve ser colocada em reflexão nas salas de aula. Diante dessa afirmativa, voltamos a caracterizar a obra *Torto Arado* como um exemplo de literatura decolonial, já que Itamar Vieira Júnior consegue, por meio de sua narrativa, realizar uma conexão entre ficção e realidade, dando voz a personagens excluídos do sertão brasileiro e escancarando resquícios de um passado escravista e desigual. Fica claro, portanto, que o livro se consagra como uma forma de reação e de sobrevivência desses povos, os quais lutam por reconhecimento, por direitos e por um espaço para que suas histórias possam ser contadas.

A obra, então, garante às minorias retratadas “o direito à autoapresentação na literatura, para que de objetos tornem-se sujeitos”. (ALVES PINTO, 2020, p. 12). Ainda, pode ser enxergada como um instrumento de enfrentamento às mazelas deixadas pelo colonialismo e que são refletidas nitidamente na estrutura social contemporânea. Nesse sentido, *Torto Arado* possibilita uma provocação ao leitor, que pode se sensibilizar com o que é sentido pelos personagens e, a partir daí, enxergar uma verdadeira identidade das minorias, questão interessante e passível de ser debatida dentro das escolas.

Esse exercício de reflexão, surgido a partir da leitura da obra aqui comentada, ajuda-nos a reafirmar a importância de um ensino baseado em uma literatura decolonial e a defender que a escola seja estruturada como um espaço de pertencimento e de reconhecimento sociocultural. Tal ambiente escolar não deve reproduzir hierarquias

simbólicas que oprimem e inferiorizam, sendo, portanto, a literatura um instrumento crucial para que tal rompimento seja feito. Para isso, primeiramente faz-se necessário que “o mediador de leitura estabeleça condições – materiais, afetivas e dialógicas – para uma interação crítica e autêntica com o texto literário e com a versão de mundo que ele propõe”. (MACHADO; SOARES, p. 20). Tais ideias reverberam a necessidade de uma formação continuada para professores que realmente reflita, debata e discuta, de forma integral e crítica, a influência da literatura dita marginal no processo de ensino e de aprendizagem dos alunos. Assim, fica evidente a necessidade de um

[...] ensino de literatura enquanto um campo crítico capaz de questionar a colonialidade por trás dos documentos oficiais, das políticas públicas de promoção da leitura, da escolha das obras, da formação de professores de literatura, dos currículos escolares e universitários etc. Que seja um campo construído enquanto projeto questionador de ausências, trabalhando pela ampliação do próprio entendimento a respeito do que é o texto literário, e não simplesmente pela substituição de um padrão por outro. Aliás, que não haja “padrões” e sim espaço para as distintas vozes (MACHADO; SOARES, 2021, p. 21).

Compreendemos que a literatura por si só já é um instrumento de transformação social que, associada ao conceito de decolonialidade, pode possibilitar posicionamentos críticos e questionadores, visto que permite uma quebra das estruturas hegemônicas, coloniais e eurocêtricas que estigmatizam e inferiorizam seres e saberes. Obras como *Torto Arado* possibilitam e dão voz aos silenciados, reafirmando ainda mais a importância do ensino de literatura, que deve ser visto como uma ferramenta de existência e de resistência.

Considerações finais

Para finalizar esse breve espaço de discussões e reflexões que se materializou na forma deste artigo, concluímos com a compreensão de que a associação feita entre os estudos decoloniais e a obra literária *Torto Arado* foi um interessante caminho para refletir como a realidade de nossos dias ainda está longe de ser a adequada, sobretudo para as mulheres pobres e negras, além de demonstrar a importância do ensino de literatura como uma forma de resistência decolonial. Assim, tal espaço se mostrou de extrema importância para que defendêssemos que a literatura no Brasil pode (e deve)

ser enxergada como uma ferramenta de luta, de reconhecimento e de voz aos estigmatizados, abrindo espaço para produções que reflitam sobre condições precárias de sobrevivência de povos frequentemente silenciados e até mesmo desconhecidos pela maioria da sociedade.

Reafirmamos, desse modo, a necessidade de as escolas não se limitarem a ser um ambiente que reproduz estruturas hegemônicas e de dominação ou que se preocupem com temáticas sociais apenas para cumprir leis e designações institucionais. Pelo contrário, tais instituições devem sempre se posicionar como um ambiente de diálogo e um espaço para todos aqueles que a constituem.

Diante de tudo o que foi visto, defendemos esforços que possam modificar pensamentos e apreciações negativas em relação ao ato de ler, à leitura na escola e ao gosto por livros, algo crucial para que haja uma transformação positiva na reprodução de saberes já estruturados. Entendemos que um caminho viável para isso é a instituição efetiva de uma literatura decolonial nas escolas, que, muitas vezes, fica estampada apenas nos planos político-pedagógicos, mas não se estabelece, de fato, como uma alternativa para que a leitura e a literatura se estabeleçam como um campo de integração social. Logo, reafirmamos a necessidade de um posicionamento e de um ensino de literatura decolonial e de resistência.

Referências

ALMEIDA, Eliene Amorim de; SILVA, Janssen Felipe da. Abya Yala como território epistêmico: pensamento decolonial como perspectiva teórica. *Revista Intertérios*, v. 1, n. 1, p. 42-64, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/intertorios/article/view/5009/4293> . Acesso em: 10 fev. 2022.

ALVES PINTO, Marcelo Alves. *Um olhar decolonial para o ensino de literatura*. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Inclusão e Diversidade na Educação – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: experiência vivida*. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.

DERING, Renato de Oliveira. A educação no Brasil em tempos de pandemia (antes-durante-após): reflexões na perspectiva decolonial. *Ensino em Perspectivas*, v. 2, n. 4, p. 1-16, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6602/5516> .
Acesso em: 10 fev. 2022.

DERING, Renato de Oliveira; BARBOSA, João Victor Caetano. Diálogo entre (de)colonialidade, Paulo Freire e Direito no Projeto de Lei 5.985/2016. *Revista Anthesis*, v. 9, n. 18, p. 107-120, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.ufac.br/index.php/anthesis/article/view/5157> . Acesso em: 9 fev. 2022.

FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

LIMA, Maria Izabella. Contra o apagamento da história: reescrevendo a história negra por meio ficcional em Torto Arado de Itamar Vieira Junior. In: E-Book CINABEH: *Políticas da vida: coproduções de saberes e resistências* (vol. 01). Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em:
<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/75156> . Acesso em: 8 fev. 2022.

LOPES, Vitória Lima de Souza; DERING, Renato de Oliveira; MOREIRA, Giovana Lyssa Rodrigues. O (não) lugar da mulher na sociedade brasileira: uma reflexão de opção decolonial sobre o feminismo e o direito. In: NEVES, Ana Paula de Castro; LIMA, Angelita Pereira; CAMPOS, Cerise de Castro; ALBUQUERQUE, Nathália Machado Dardeau de; MOREIRA, Rakell Dhamarys. *As lentes das múltiplas violências contra as mulheres [livro eletrônico]*, v. 1, 1ª ed. São Luís, MA: Editora Expressão Feminista, 2021, p. 165-178. Disponível em:
https://www.academia.edu/51071848/O_n%C3%A3o_lugar_da_mulher_na_sociedade_brasileira_uma_reflex%C3%A3o_de_op%C3%A7%C3%A3o_decolonial_sobre_o_feminismo_e_odireito . Acesso em: 11 fev. 2022.

MACHADO, Rodrigo; SOARES, Ivanete. Por um ensino decolonial de literatura Towards a Decolonial. Teaching of Literature. *Rev. Bras. Linguíst. Apl.*, ahead of print, 2021.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf>
Acesso em: 9 fev. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In.: SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. *Arte e Colonialidade*. São Paulo: MASP *Afterall*, n. 3, p. 2-11, 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf> . Acesso em: 10 fev. 2022.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 17, n. 202, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41070/21945> . Acesso em: 10 fev. 2022.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. *Torto arado*. São Paulo: Todavia, 2019.

DECOLONIALITY AND FEMININE RESISTANCE: AN ANALYSIS OF THE WORK *TORTO ARADO*

ABSTRACT

In this article, we seek to associate the concepts of modernity, colonization, and decolonization with "*Torto Arado*," a book by Itamar Vieira Júnior. While on this theme, our work contemplates that today's reality is still far from being fair and fulfilling, especially for poor and black women. In addition, we discuss how literature may be a tool for either the existence or the resistance to the remnants of colonization. As a result of our theoretical reasoning, we reaffirm that there is a need for literature focused on decolonization and resistance.

Keywords: *Torto Arado*, Decolonization, Literature.

Recebido em: 10/07/2022

Aprovado em: 05/11/2022